

POR UMA ADSE MAIS JUSTA

LISTA DE CANDIDATURA

1.º CANDIDATO EFETIVO	ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA PEREIRA	N.º BENEFICIÁRIO: 015760120 CA
2.º CANDIDATO EFETIVO	ANÍBAL MANUEL MACHADO DOS SANTOS MOREIRA	N.º BENEFICIÁRIO: 015102475 CA
3.º CANDIDATO EFETIVO	MÁRIO RUI ALVES DOMINGOS CUNHA	N.º BENEFICIÁRIO: 017303656 CA
4.º CANDIDATO EFETIVO	HELDER FILIPE CORREIA MARQUES DE SÁ	N.º BENEFICIÁRIO: 019045883 CA
1.º CANDIDATO SUPLENTE	HILÁRIO PEREIRA DOS SANTOS	N.º BENEFICIÁRIO: 010534318 CA
2.º CANDIDATO SUPLENTE	RAUL OLIVEIRA NUNES FERREIRA	N.º BENEFICIÁRIO: 018139043 CA
3.º CANDIDATO SUPLENTE	MARIA ELSA FERNANDES SARAIVA	N.º BENEFICIÁRIO: 017064996 CA



António Pereira
Município de
Cascais



Aníbal Moreira
Município de
Almada



Mário Cunha
Serviços Mun.
Viana do Castelo



Helder Sá
Município de Oeiras



Hilário Santos
Município de
Loures



Raúl Oliveira
Serviços Mun.
Viana do Castelo



Elsa Saraiva
Município de
Cascais



Por uma ADSE mais justa



Manifesto Eleitoral

Aceitámos lançar-nos nesta caminhada com um objetivo fundamental:

assegurar aos subscritores beneficiários a dignidade, o respeito e o valor que merecem numa sociedade civil plural, autodeterminada e consciente dos seus direitos.

A questão é importante porque o Instituto em causa, criado por transformação da antiga Direção-Geral da ADSE (Assistência na Doença aos Servidores do Estado), é certamente uma das entidades de maior dimensão humana e impacte na economia da saúde em Portugal.

A esta data somos cerca de 1 milhão e 250 mil beneficiários, entre servidores da Administração Pública central, regional e local, seus familiares e aposentados.

Estes beneficiários pagam por ano, através das suas quotizações, a quase totalidade da receita da ADSE, cerca de 600 milhões de euros, a qual, deduzida



Por uma ADSE mais justa

de encargos de administração (8 milhões de euros) suportou cerca de 480 milhões de euros de encargos de saúde com os seus beneficiários, apurando portanto um superavit muito considerável.

†

Embora a situação pareça confortável no plano económico e financeiro, estão *identificados riscos significativos a curto prazo, determinados no essencial pela falta de admissão de novos beneficiários, com o conseqüente envelhecimento dos atuais e o crescimento das despesas de saúde num universo humano cada vez mais idoso.*

Riscos que já conduziram o atual presidente do Conselho Diretivo a produzir declarações sobre a necessidade de vir a aumentar as quotizações dos beneficiários - hoje iguais a 3,5% da remuneração bruta, atingindo valores superiores aos prémios de muitos seguros de saúde - bem como sobre a criação de uma conta de capitação dos encargos por beneficiário, que evoluiria para a sua limitação, situação que nos preocupa enquanto subscritores ativos.

†

Estas, a par de outras questões imediatas e/ou de curto prazo, apontam para a necessidade de valorizar o princípio da gestão participada estabelecido no corpo da lei que criou o instituto, através da participação dos beneficiários na sua governação, ao nível das decisões estratégicas e de controlo financeiro.

Achamos portanto que a participação na gestão e supervisão da nova ADSE cabe por direito próprio aos beneficiários subscritores, participação essa que não deve ser distorcida através da duplicação da representação das entidades que o Governo nomeia para o dito Conselho Geral e de Supervisão.

†

A nosso ver, só através da nossa Lista composta de candidaturas individuais de beneficiários em pleno gozo dos seus direitos, a defesa dos soberanos direitos dos subscritores beneficiários serão defendidos e protegidos em sede de Conselho Geral e de Supervisão, sempre que se imponham mudanças drásticas e ou substanciais que afetem os direitos e benefícios dos subscritores e beneficiários, e que ponham em risco as contrapartidas por aumento das obrigações individuais.

†



Por uma ADSE mais justa

Proporemos e defenderemos a descida da taxa do desconto para a ADSE, actualmente em 3,5%, para 2,5%;

Proporemos e defenderemos que o subsistema de saúde abranja cônjuges, descendentes e ascendentes, bem como os trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho;

Proporemos e defenderemos o alargamento aos trabalhadores do sector público empresarial, incluindo o municipal, intermunicipal, multimunicipal, bem como às empresas participadas pelo Estado ou autarquias.

†

Em suma: defendemos uma ADSE Mais Justa, mais solidária e para todos, independentemente tipo de vínculo ao Estado.